

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Herança por três décadas](#) 2

Valor Econômico

[Título: Brasil vai liderar alta na oferta de petróleo fora da Opep, diz AIE](#) 8

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Herança por três décadas	2
Título: Entre turras e beijos.....	5
Título: Braskem pode ter oferta de ações na Bolsa	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Notas	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Transmissora do BTG Pactual aportará R\$ 360 milhões em linha	7
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Brasil vai liderar alta na oferta de petróleo fora da Opep, diz AIE	8

Título: Destaques	10
Título: Petrobras dará condições de contrato diferenciadas no refino	10
Título: Preço diferente não prejudica a concorrência.....	12
Título: Destaques Resgate da Petrobras	13
Título: Codemig prepara IPO de R\$ 3 bilhões	13

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Herança por três décadas

Indenização por redução da conta de luz em 2012 pode ser paga pelos brasileiros por 30 anos.

Mais de cinco anos depois de a ex-presidente Dilma Rousseff intervir no setor elétrico para reduzir a conta de luz em 20% — queda que foi anulada por aumentos que ultrapassaram 50% em 2015 —, um esqueleto do setor elétrico começa a ganhar um novo corpo. O projeto de lei enviado ao Congresso pelo presidente Michel Temer, no último dia 22, para privatizar a Eletrobras também mexe na forma como o consumidor pagará, na conta de luz, uma indenização multibilionária às transmissoras de energia elétrica. E o cliente pode ter que arcar com essa fatura por 30 anos.

O imbróglio começou com a publicação da medida provisória 579, em 2012, que tinha o objetivo de reduzir a conta de luz. Ela previa que as concessões de geradoras e transmissoras de energia teriam seu contrato renovado antecipadamente, mas as empresas receberiam o pagamento de indenizações por investimentos efetuados e que não foram devidamente compensados (amortizados). Os contratos seriam renovados e condicionados a receitas menores das empresas.

O pagamento das geradoras ocorreu em seguida, com recursos disponíveis em fundos públicos. Já o pagamento das transmissoras de energia prometido na época foi arrastado até 2017 e se tornou uma novela.

NOVO ÍNDICE DE CORREÇÃO

Depois de um longo impasse, ficou definido o pagamento parcelado em oito anos. A conta foi repassada às tarifas de energia, sendo responsável por um aumento médio de 6,86% nas contas do ano passado. Os grandes consumidores industriais conseguiram decisões na Justiça contra o aumento e reverteram alguns pontos da portaria. A atual equipe do **Ministério de Minas e Energia** começou a discutir, então, uma forma de resolver esse impasse.

A proposta enviada ao Congresso este mês dilui o pagamento da indenização por um prazo bem mais longo que oito anos: por três décadas. E faz uma mudança crucial na forma como a dívida assumida pelo governo e repassada aos consumidores é corrigida. No lugar do chamado "custo de capital próprio" entra uma taxa de remuneração definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Na prática, isso significa trocar um índice de dois dígitos por algo entre 7% e 9%.

Inicialmente, a mudança valerá apenas para transmissoras de empresas subsidiárias da Eletrobras (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul). A intenção do governo, no entanto, é permitir a adesão de outras empresas, como Cemig, Cteep e CEEE. No total, a conta chega hoje a R\$ 62 bilhões. Ela é subdividida em duas rubricas. A maior e mais polêmica parte diz respeito à chamada "remuneração" que são os juros que compensarão o valor que não foi pago às empresas entre 2013 e 2016. Sozinha, essa fatura chega a R\$ 35 bilhões.

A pedido do **Ministério de Minas e Energia**, a Aneel fez simulações considerando que todas as empresas de transmissão com ativos a serem indenizados venham a aderir às novas regras. Num primeiro momento, o cálculo é que a mudança representará uma redução média nas contas de luz em torno de 1,85%, disse uma fonte que participou da elaboração dos cálculos. Essa redução, no entanto, valerá apenas pelos primeiros oito anos de pagamento. Depois, a conta volta a subir — mas em patamares bem menores que os registrados atualmente.

O valor do reajuste que será efetivamente pago pelo consumidor, porém, depende de outras variáveis que afetam a conta de luz — como subsídios, custo de geração de energia e comportamento do dólar, entre outros — e é definido anualmente de acordo com cada distribuidora.

— Reduz a conta na largada, mas o impacto da indenização será sentido pelos próximos 30 anos. O consumidor vai sentir menos, mas vai sentir por muito tempo — disse uma fonte no governo.

Por outro lado, como o prazo do pagamento das indenizações será estendido, o custo financeiro (ou os juros) sobe de R\$ 35 bilhões em oito anos para R\$ 67 bilhões em 30 anos, mesmo com um percentual de correção mais baixo.

A Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), que conseguiu na Justiça decisões contra o aumento de tarifas provocado pelas indenizações às transmissoras, elogiou a nova solução.

— Não resolve o problema como um todo, mas é uma iniciativa positiva para reduzir os litígios — disse o presidente da Abrace, Edvaldo Santana.

TARIFA VIVE MONTANHA-RUSSA DESDE 2012

O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Mário Miranda, disse que a entidade ainda está avaliando as mudanças propostas pelo governo, mas demonstrou preocupação com a capacidade de as empresas manterem investimentos — já que a receita anual será menor.

— Nós estamos vendo a simulação do impacto da mudança no índice e no prazo. A primeira consequência é a perda da capacidade das obras de manutenção e de melhorias. Existe uma preocupação porque as empresas já tinham feito planos de negócio considerando o prazo de oito anos. Se muda o prazo, o dinheiro anual é menor — afirmou.

Para o analista de mercado da Safira Energia, Lucas Rodrigues, caso a mudança seja confirmada, o consumidor sentirá menos o efeito da indenização: — Para o lado do consumidor, tira o impacto do aumento nas tarifas de transmissão, mas ele pagará por muito mais tempo. De imediato, os aumentos serão menores.

O governo desenhou esse novo arranjo para a indenização às transmissoras como parte da privatização da Eletrobras. Um dos objetivos é minimizar os impactos tarifários decorrentes da mudança nos contratos de algumas usinas hidrelétricas da estatal — também parte do processo de desestatização. Como o assunto foi fortemente judicializado, o Executivo também quer evitar a formação de um imbróglio ainda maior.

O projeto de lei com as regras para a privatização da Eletrobras será analisado (e pode ser alterado) por deputados e senadores. Só depois disso, e após a sanção presidencial, é que as novas regras passam a valer.

Desde que o governo decidiu interferir no setor elétrico, em 2012, a conta de luz tem vivido uma montanha-russa. Em 2013, a energia teve queda de 15,66%, alívio que foi logo compensado por um aumento de 17,06% em 2014 e de 51% em 2015. Em 2016, houve queda de 10,66%, segundo dados do IBGE. No ano passado, a alta foi de 10,35%.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia / colunas****Autor: George Vidor****Título: Entre turras e beijos**

A indústria do petróleo, capitaneada pela Petrobras, e a construção naval, andavam às turras. Em casa que falta pão, todo mundo discute e ninguém tem razão, diz o ditado. As brigas foram parar na Justiça. A produção em um campo da Petrobras atrasou um ano por causa dessas disputas. Pedro Parente, presidente da Petrobras, e Ariovaldo Rocha, presidente do Sinaval (o sindicato nacional da indústria de construção naval), discutiram publicamente, durante um almoço em Brasília, no qual Michel Temer reuniu membros do chamado "conse-lhão". O quase bate-boca chegou a chamar a atenção de Temer, que estava em outra mesa.

Agora, os ânimos se acalmaram. Em vez de briga, as partes resolveram se entender, o que é mais razoável. O Si-naval encaminhou à Agência Nacional do Petróleo (ANP), depois de consultar outros órgãos do governo, uma proposta que pode tornar o entendimento possível com a indústria do petróleo. Há tempos a Petrobras e seus parceiros alegam que a construção naval brasileira não tem condições de construir cascos de plataformas (do tipo FPSO) competitivamente. Então, o Sinaval optou por uma solução intermediária: cerca de 40% dos cascos seriam feitos no Brasil (e nos demais 60% poderiam estar incluídas a popa e a proa, partes mais complicadas, por exemplo, integrando-se posteriormente os blocos aqui).

O sindicato aponta dois estaleiros aptos a essa tarefa: o EAS, em Suape (Pernambuco), e o Enseada, na Bahia. O primeiro casco seria entregue em 24 meses. A partir daí, cada estaleiro se comprometeria a entregar dois cascos por ano.

No Rio de Janeiro, a construção naval emprega não mais que seis mil pessoas. Já empregou diretamente cerca de 39 mil!

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: Braskem pode ter oferta de ações na Bolsa**

Petrobras estuda com Odebrecht formas de sair do setor petroquímico.

A Petrobras pretende se desfazer de sua participação na Braskem, uma das maiores petroquímicas do mundo, por meio de uma oferta de ações na B3 (antiga Bovespa). O projeto, conforme antecipou Lauro Jardim em sua coluna publicada ontem no GLOBO, ainda está em estudo pela estatal, afirmou uma fonte que acompanha o processo.

A Petrobras e a Odebrecht são as maiores acionistas da Braskem. A construtora tem 50,1% do capital votante da companhia petroquímica, e a estatal, 38,3% das ações com direito a voto. Segundo fontes, as duas empresas estão hoje dedicadas à mudança do acordo de acionistas para viabilizar a saída da Petrobras.

A estatal já havia anunciado a intenção de sair da petroquímica assim que Pedro Parente assumiu o comando, em junho de 2016.

— Qualquer mudança envolve um novo contrato de acionistas. Tudo tem que ser feito em comum acordo, e há preferência de compra para o outro sócio. Esse trabalho ainda está sendo feito e não tem data — disse uma fonte que não quis se identificar.

Segundo esse executivo, a estatal pretende vender suas ações na Bolsa. Porém, não foi definido ainda se a estatal vai vender tudo de uma vez só ou se será uma operação feita aos poucos.

— Isso ainda está em estudo. É um processo longo. É algo que deve tomar boa parte deste ano e se estender ao longo do segundo semestre — disse a fonte.

Esse processo deve ser feito dentro do âmbito da migração da Braskem para o Novo Mercado, segmento da Bolsa que exige altos níveis de governança e transparência às empresas. No último dia 19, a estatal informou ao mercado que a revisão do acordo de acionistas evoluiu para estudos com objetivo de realizar uma reorganização societária com a unificação das ações da Braskem na Bolsa.

Com a mudança, a Braskem passaria a ter apenas um tipo de ação, a ordinária (ON), com direito a voto. Atualmente, a companhia tem dois papéis em negociação: além de ON, há a preferencial (PN, sem direito a voto). Procurada, a Petrobras não comentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Clarice Couto

Título: Notas

Olho vivo.

Dois funcionários da Petrobrás integram o grupo criado para desenvolver a fórmula de cálculo dos Créditos de Descarbonização de Biocombustíveis (CBIOs) – títulos a serem negociados após a regulamentação da nova Política Nacional para o setor, o RenovaBio. A estatal quer acompanhar o assunto, já que a cadeia produtiva de gasolina e diesel será a responsável por adquirir os CBIOs e arcar com a conta do avanço dos biocombustíveis na matriz energética.

Álcool de cereais.

A Usinas Itamarati, uma das maiores do País, quer instalar uma unidade produtora de etanol de milho em Mato Grosso. O projeto prevê a fábrica em área anexa à usina que já fabrica o insumo a partir da cana-de-açúcar em Nova Olímpia, conta Ricardo Tomczyk, presidente da União Nacional do Etanol de Milho (Unem). A Itamarati pertence aos herdeiros de Olacyr de Moraes, o “Rei da Soja”, morto em 2015.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Transmissora do BTG Pactuai aportará R\$ 360 milhões em linha****Mercado Aberto**

A Tropicália, uma empresa de transmissão de energia controlada pelo BTG Pactuai, vai investir R\$ 360 milhões em uma linha que vai atravessar o Estado da Bahia.

O aporte servirá para pagar custos relativos à parte fundiária, licenciamento ambiental, duas subestações de energia e torres e linhas propriamente ditas, afirma o diretor Everson Salim.

"Pelo cronograma [da Aneel, agência reguladora], devemos entregar o projeto a partir de fevereiro de 2022. Mas há a possibilidade de entrarmos em operação em 2020".

O valor para esse investimento já está captado pelo BTG. Ele faz parte de um dos fundos de estrutura gerenciados pelo banco.

Para a instituição financeira, trata-se de um ativo que gera fluxos de receitas longos, estáveis, de baixo risco e com retorno adequado.

Esse trecho de transmissão tem como propósito integrar a geração de parques eólicos na Bahia ao sistema, com a possibilidade de direcionar parte da energia para o Sudeste, segundo Salim.

A concessão fez parte de um leilão realizado em 2016 — o BTG já tinha, então, o montante para o aporte.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Davos (Suíça)

Título: Brasil vai liderar alta na oferta de petróleo fora da Opep, diz AIE

A produção brasileira de petróleo vai ter o maior crescimento do mundo nas próximas duas décadas entre países fora da Opep, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), que aposta no sucesso do próximo leilão do pré-sal e exorta o futuro governo a manter políticas de abertura no setor - como o fim da exigência de ter a Petrobras como operadora única dos campos em águas ultraprofundas e a flexibilização do conteúdo local.

"Não sabemos quem ganhará as eleições, mas a indústria do petróleo no Brasil está indo na direção correta", disse ao **Valor** o diretor-geral da agência, Fatih Birol. "Isso está confirmado pelo interesse cada vez maior das empresas estrangeiras. Seria uma pena se o próximo governo adotasse algum recuo nas reformas."

Com o êxito dos últimos leilões e um desenvolvimento mais acelerado do pré-sal, as estimativas da AIE apontam aumento na produção dos atuais 2,6 milhões de barris para até 5,2 milhões de barris por dia em 2040. Isso corresponde a 27% do crescimento mundial na extração de petróleo durante esse período e à maior expansão fora da Opep, cartel de grandes exportadores liderado pelos países do Oriente Médio.

No horizonte mais curto, de cinco anos, a agência projeta 1 milhão de barris adicionais por dia na produção brasileira - um acréscimo inferior somente ao dos Estados Unidos, mas acima de Canadá e México, outros dois países empenhados em impulsionar a exploração de suas reservas.

Em entrevista no Fórum Econômico Mundial, realizado na semana passada em Davos, Birol - economista turco que chegou à AIE como analista aos 37 anos e tornou-se diretor-geral em 2015 - ainda curti um presente "especial" recebido na véspera. Era uma camisa da seleção brasileira autografada pelos 11 titulares. Gesto do **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, que se movimentou para conseguir o agrado com a CBF.

"Ele ama futebol. Aí tive essa ideia", disse o ministro. Sem a Turquia na Copa do Mundo, Birol garante que "com certeza" torcerá pelo hexacampeonato do time de Neymar e Philippe Coutinho.

Fora de campo, a relação do Brasil com a AIE mudou de patamar. O país associou-se à agência no fim de outubro, abrindo caminho para a oferta de treinamentos e cursos na área de energia, visitas de especialistas para fazer diagnósticos de políticas públicas, troca de informações técnicas e acesso a novos estudos.

Uma das primeiras contribuições será o envio de analistas da AIE para a reforma do marco regulatório do gás. Eles vão relatar às autoridades brasileiras sua experiência com as práticas internacionais. Enquanto isso, a agência quer aprender com o etanol.

"Os biocombustíveis continuam uma boa opção e não devem ser vistos como uma aposta no passado. Em muitos países, eles podem ser competitivos. Também são importantes para caminhões. As vendas de carros elétricos no ano passado foram recorde e serão parte da solução, mas não a solução completa. O futuro nos reserva uma combinação de motores mais eficientes, veículos elétricos e biocombustíveis."

Birol avalia que as medidas recentes para estimular a indústria de petróleo no Brasil - nova lei retirando obrigatoriedade da Petrobras, índices mais baixos de conteúdo nacional, prorrogação do Repetro - surtiram efeito positivo nos dois últimos leilões do pré-sal. Ele prevê sucesso para a 4ª rodada sob o regime de partilha, já programada para junho.

"Acredito que também vai atrair enorme interesse", afirmou o diretor, lembrando que as cotações melhoraram desde o último certame. "Se o Brasil continuar com um ambiente favorável aos negócios no setor, a contribuição para os mercados internacionais de petróleo será muito grande."

O economista volta ao futebol para explicar a alta recente da commodity. A cotação do Brent saiu de menos de US\$ 50 para a faixa de US\$ 70 entre o início e o fim do segundo semestre de 2017. E tem se mantido nas primeiras semanas deste ano, em um movimento gradual, mas consistente.

Para ele, isso se deve a dois fatores: a aceleração do crescimento da economia global e a estabilidade na produção dos países da Opep, que não aumentaram sua oferta para acompanhar essa retomada da demanda. Mas ele interpreta esse pequeno rali de preços como passageiro. "É como uma partida de futebol. Estamos vendo o primeiro tempo. Com o barril a US\$ 70, entra em cena mais petróleo de fontes não convencionais. Isso joga mais óleo no mercado e

empurra os preços para baixo. O que importa é o resultado ao final dos 90 minutos."

A atual faixa de preço, segundo Birol, é mais do que suficiente para incentivar a produção americana de xisto. Até porque os custos da indústria baixaram nos últimos anos. "Mais de 80% das reservas de 'shale' que temos se tornam lucrativas a partir de US\$ 50", diz. Na avaliação dele, no médio prazo o preço de equilíbrio nos mercados deve girar em torno de US\$ 60 por barril. "Mas o nome do jogo será volatilidade."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras adia leilão

A Petrobras adiou para os dias 20 a 22 de fevereiro o leilão de equipamentos que originalmente integrariam a fábrica de fertilizantes nitrogenados em Uberaba (MG). O adiamento ocorre após o Ministério Público Federal (MPF) ter recomendado a suspensão do leilão. Segundo a Petrobras, em aviso no Diário Oficial da União (DOU), o adiamento foi necessário para "implantação de melhorias" na plataforma de leilões.

Licença para o Minas-Rio

A Anglo American conquistou as licenças prévia e de instalação para iniciar a terceira etapa do Minas-Rio, seu projeto de exploração do minério de ferro em Minas Gerais, que eleva a capacidade anual para 26,5 milhões de toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras dará condições de contrato diferenciadas no refino

Em meio à crescente perda de mercado para as importações, a Petrobras estuda formas de fidelizar seus clientes por meio de condições diferenciadas de contrato com as distribuidoras. A intenção da estatal é divulgar um novo modelo contratual para o mercado de derivados em maio. O objetivo das mudanças é recuperar participação de mercado.

Segundo uma fonte a par do assunto, a ideia da empresa é investir no marketing de fidelização e oferecer algumas vantagens aos "bons clientes", como prazos mais rápidos de fornecimento dos volumes contratados e entrega das cargas nas bases da clientela - e não nas refinarias.

Procurada, a Petrobras esclareceu que a intenção é "estreitar o relacionamento com seus clientes, crescer sua participação de mercado, aumentando sua competitividade por meio do maior nível de serviço prestado".

Uma fonte próxima à diretoria da estatal informou ao **Valor** que outras duas opções cogitadas nas discussões preliminares do assunto foram a adoção de prazos mais flexíveis para pagamento de grandes volumes e preços diferenciados nas refinarias.

De acordo com a fonte consultada, com os preços diferenciados, a Petrobras ganharia liberdade de negociação de preços com os grandes clientes - que são aqueles que detêm a maior parte da infraestrutura logística necessária para a importação e vem recorrendo cada vez mais aos derivados de fora. A Petrobras informou, contudo, que os preços diferenciados não estão no escopo da discussão sobre o novo modelo.

Em dezembro, o diretor de refino e gás, Jorge Celestino Ramos, disse que a meta da companhia para este ano é buscar "participação mais ativa no 'market share'".

"Estamos operando num ponto ótimo, considerando a política comercial existente, mas estamos agregando um conjunto de ferramentas para captura de 'market share' e de margem, mexendo em condições comerciais, no nível de serviços, explorando a capilaridade da logística da Petrobras", afirmou Celestino.

Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, a revisão das condições contratuais faz sentido. Ele lembra que o setor vem passando por grandes mudanças, como o aumento das importações, a nova política de preços da Petrobras e a intenção da estatal de incluir as refinarias nos desinvestimentos.

"Vivemos um momento de transição para um mercado mais livre. E aí faz todo sentido rediscutir os atuais contratos, que foram assinados num outro contexto de mercado", disse.

O grande objetivo do novo modelo de contrato é recuperar o mercado perdido. Em 2017, as importações de derivados cresceram 25%, para uma média de 620 mil barris diários. No caso do diesel, segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), houve uma alta de 63,2% no acumulado de janeiro a novembro, para

uma média de 222 mil barris/dia - o equivalente a 23% do consumo interno, ante um percentual de 14% em 2016.

A companhia, que respondeu por 59,7% da importação de gasolina importada em 2016, teve sua participação reduzida para 24,2% em 2017. No diesel, a Petrobras respondeu por apenas 3,1% do volume importado no ano passado, ante uma fatia de 16,4% em 2016.

Com o aumento das importações de combustíveis, a produção nas refinarias da Petrobras caiu 4,7%, para 1,8 milhão de barris/dia em 2017, mesmo diante da recuperação da demanda. A produção de diesel, a mais afetada pelas importações, caiu 10,7%, para 692 mil barris/dia, enquanto o volume de gasolina produzido recuou 1,6%, para 437 mil barris/dia.

O entendimento dentro da Petrobras é que, sem a política de preços atual, a importação estaria em patamares maiores. Mesmo com reajustes diários, no entanto, a estatal vem tendo dificuldades para recuperar mercado. No terceiro trimestre de 2017, o primeiro trimestre desde que a nova política de preços começou a vigorar, a empresa perdeu 3 pontos percentuais no mercado de diesel: a Petrobras foi responsável por fornecer 73% do volume desse combustível consumido no país, no período.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Lucas Marchesini | De Brasília

Título: Preço diferente não prejudica a concorrência

O plano da Petrobras de vender combustível mais barato para grandes compradores, a princípio, não traria problemas com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A intenção da estatal é oferecer preços melhores para grandes compradores e assim fidelizar esses clientes e combater a competição dos importadores. O estudo não muda a política de preços da estatal já que a redução nos valores cobrados seria feita preservando a paridade internacional.

No jargão antitruste, essa prática é conhecida como diferenciação de preços e é ilícita apenas quando acompanhada de outras ações, como a exigência de exclusividade por parte do comprador.

Um exemplo é um caso de 2014 envolvendo a Ambev. A companhia criou um programa de relacionamento com clientes conhecido como "Tô Contigo". Nele,

a cervejeira oferecia descontos e bonificações para pontos de venda em troca de exclusividade ou redução na venda dos concorrentes

Outra prática potencialmente ilícita aconteceria se a Petrobrás fixasse o preço para a distribuidora a partir do valor que as vendas da estatal representam nas aquisições totais do cliente. Um exemplo seria oferecer desconto maior para quem fizesse todas as compras com a Petrobras. A prática é conhecida como desconto não linear.

Uma terceira possibilidade que levaria a problemas com o Cade é a venda de combustível abaixo do seu custo, o que é preço predatório. Para chegar a conclusão de que o preço é predatório, é necessária análise detalhada da situação do mercado e não só a comparação entre o custo e o preço de venda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques Resgate da Petrobras

A Petrobras prepara resgate antecipado de US\$ 2,1 bilhões em bônus com prazo em 2019. A operação inclui títulos com taxa de 3% e 7,875% em dólares, e de 3,25% em euros. A liquidação financeira da recompra ocorrerá em 26 de fevereiro. (Daniela Meibak)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol e Talita Moreira | Do Rio e de São Paulo

Título: Codemig prepara IPO de R\$ 3 bilhões

O governo de Minas Gerais decidiu fazer uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da Codemig, companhia estadual de desenvolvimento econômico que é dona da maior reserva de nióbio do mundo. A operação deve movimentar mais de R\$ 3 bilhões, o que ajudará a sanear as finanças do Estado. As informações foram antecipadas na manhã de sexta-feira pelo **Valor PRO**, serviço de notícias em tempo real do **Valor**.

O governo mineiro poderá vender entre 25% e 49% de sua participação na Codemig, dependendo da demanda. O objetivo é que a oferta seja feita até junho - usando, para isso, informações financeiras da Codemig relativas ao primeiro trimestre.

O principal ativo da Codemig são as reservas de nióbio que detém em Araxá e são exploradas pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), controlada pela família Moreira Salles. Cerca de 86% da receita líquida da estatal em 2016, que foi de R\$ 557 milhões, veio do negócio.

Procurada pela reportagem, a Codemig confirmou os planos de ir à bolsa. Em nota, a companhia afirmou também que convidou bancos de investimento a participar do processo de seleção dos coordenadores da oferta. Segundo fontes a par dos planos da estatal, Bradesco BBI, Bank of America Merrill Lynch, Goldman Sachs e Morgan Stanley devem ficar com o mandato.

"Não há avaliação sobre o volume de recursos que o Estado poderá obter com essa alienação. Caberá ao governo definir oportunamente o destino dos recursos que ele eventualmente vier a obter com a alienação de parte de suas ações na Codemig", informou a estatal.

No último dia 4, o governador Fernando Pimentel (PT) sancionou a lei 22.828, que torna a Codemig uma sociedade de economia mista. O texto foi aprovado pela Assembleia Legislativa no fim de 2017 e autoriza a venda de ações da empresa. A transferência do controle, porém, está vedada.

O modelo de parceria entre a Codemig e a CBMM é chamado de sociedade em conta de participação. Ambas arrendam suas minas à Companhia de Mineração de Pirocloro de Araxá (Comipa), responsável pela extração, que revende o minério à CBMM. Esta, por sua vez, industrializa e comercializa o nióbio e repassa à Codemig 25% do lucro líquido.

O contrato da sociedade foi assinado em 1972 e tinha validade de 30 anos, mas foi prorrogado até 2032. Acionista majoritário na CBMM desde 1965, o grupo Moreira Salles detém 70% da mineradora. Uma fatia de 15% pertence a um consórcio japonês e sul-coreano e outra, também de 15%, está nas mãos de um grupo de empresas chinesas.

O mineral de Araxá responde por 75% de toda a produção mundial. As reservas são suficientes para exploração por mais de 400 anos, de acordo com informações disponíveis no site da Codemig. A produção anual de liga de ferronióbio é de 70 mil toneladas.

A aplicação mais importante do nióbio é como elemento de liga, para conferir melhoria de propriedades em produtos de aço, especialmente nos de alta resistência e baixa liga, usados na fabricação de automóveis e de tubulações para transmissão de gás sob alta pressão, placas grossas em plataformas marítimas, pontes, viadutos e edifícios. Também é usado em superligas que operam a altas temperaturas, e em turbinas de aeronaves.

Além de equalizar suas finanças, a oferta também proporcionaria ao governo mineiro caixa para subscrever sobras de ações ordinárias da Cemig em aumento de capital planejado pela empresa de energia. Serão 13,129 milhões de papéis, ao preço de R\$ 6,57 cada, o que demandaria um caixa do governo de pouco mais de R\$ 86 milhões, de acordo com fonte que acompanha o assunto.

Num exercício feito pelo **Valor** levando em conta uma venda de 49% da Codemig por R\$ 3 bilhões, a estatal seria avaliada em mais de 21 vezes seu lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) anualizado. Seria uma das empresas ligadas ao setor de mineração mais bem avaliadas do mundo.

De acordo com uma compilação de dados da Escola de Negócios da Universidade de Nova York, atualmente a média de VE/Ebitda - valor de empresa, que reúne o preço das ações e a dívida líquida ante o Ebitda - de mineração e metalurgia ao redor do mundo, levando em conta 102 companhias, é de 8,8 vezes.

No primeiro semestre deste ano, a Codemig registrou Ebitda de aproximadamente R\$ 143 milhões. De janeiro a junho, o balanço mostra receita líquida de R\$ 281,4 milhões, recuo de 17,3% em comparação anual. O lucro líquido atribuível a controladores caiu 16,5%, para R\$ 146,2 milhões. A margem líquida foi de 52%. **(Colaborou Renato Rostás)**

MME / ASCOM .